

FLAVIO WILLIGES*

O PAPEL DAS EMOÇÕES ALTRUÍSTAS NA ESCOLHA E NA MORALIDADE DAS AÇÕES BENEFICENTES

The role of altruistic emotions in choice and in the morality of beneficent actions

Abstract

In this paper I discuss an example of beneficial action presented by Rachels. I argue that the processes for attaining information that input moral decisions in contexts involving caring and beneficence turn on the presence of altruistic emotions. I then argue that Rachel's theory of rational decision does not warrant the full moral sense of beneficial actions, because emotional affects are constitutive of the morality of beneficial acts such as those of caring and helping.

Keywords: altruistic emotions; morality; beneficence.

Resumo

Nesse artigo discuto um exemplo de ação beneficente apresentado por Rachels e argumento, em primeiro lugar, que processos de obtenção de informações que alimentam

* Prof. do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil. Agradeço as críticas e sugestões endereçadas a versões anteriores deste artigo apresentadas por participantes do 2º Congresso Português de Filosofia, por ocasião de sua realização na Universidade do Porto, bem como pelos colegas Leonardo de Mello Ribeiro, Marcelo Fischborn, Érico Andrade, Eros Carvalho, Inara Zanuzzi, Raphael Zillig, André Klaudat, Marco Antônio Azevedo, Adriano Britto, Alcino Bonella, Lucas Angioni, Rogério Passos Severo, Wilson Mendonça e Eduardo Vicentini de Medeiros.

decisões morais em contextos de cuidado e beneficência dependem da presença de emoções altruístas. Em segundo lugar, argumento que a teoria da decisão racional de Rachels não assegura o sentido moral pleno da ação beneficente, pois é constitutivo da moralidade de ações beneficentes, como cuidar e ajudar, a presença de afeto emocional.

Palavras-chave: emoções altruístas; moralidade; beneficência.

1. Introdução

Ao menos desde o aparecimento das críticas de Anscombe (1964) e Williams (1985) às teorias morais modernas, ampliou-se a preocupação dos filósofos morais com os processos psicológicos envolvidos no pensamento e prática moral. Um dos principais resultados desse esforço foi o surgimento de abordagens morais atentas às contribuições das emoções para a moralidade. Seguindo essa tendência, o foco fundamental deste artigo será o exame da contribuição das emoções altruístas para a escolha moral racional e para a moralidade das ações beneficentes.

Muitas das ações beneficentes que fazemos regularmente como ajudar vizinhos ou desconhecidos, cuidar de idosos doentes, preparar alimentos para pessoas famintas dependem da capacidade de sermos moralmente tocados por outros e testemunham um sentido de moralidade vívido e emotivo. Por promoverem benefícios a pessoas que enfrentam sofrimento e precisam de cuidado e proteção, as ações beneficentes envolvem respostas emocionais como a compaixão, a preocupação amorosa, a benevolência e empatia. A presença da motivação altruísta é essencial para a moralidade da ação beneficente, pois a aprovação moral que acompanha a ação beneficente repousa no juízo da ação como estando fundada na preocupação, consideração ou afeto benevolente pelo outro e não simplesmente na produção de consequências benéficas. No entanto, ainda que as emoções altruístas sejam essenciais para a moralidade dessas ações, teorias acerca da ação moral raramente capturam toda a significação e relevância dessas emoções para a beneficência. As modernas teorias morais focam a importância de pesar as melhores razões disponíveis em favor de uma ou outra linha de ação à luz de princípios aceitos nos processos de escolha¹. Nessas teorias, as emoções que constituem as ações benevolentes têm sua relevância limitada à condição

¹ Cf. RACHELS, James, *The Elements of Moral Philosophy*. Fourth Edition. McGraw-Hill, New York 2003; TIMMONS, Mark. *Moral Theory: an introduction*. 2. Ed. Rowman & Littlefield Publishers, New York 2013.

de ‘objetos de consideração racional’, isto é, elas são analisadas como mais um tipo de razão para a ação. As razões são considerações que contam em favor de uma certa ação. Assim, para que escolhas morais sejam corretas, as teorias da decisão moral ressaltam a importância de analisar nossas emoções, pô-las na balança para verificar seu peso contra outras razões. Em outras palavras, abordagens racionalistas da escolha reconhecem que as emoções são importantes, pois revelam nossa sensibilidade e seriedade moral, mas, em última instância, não ajudam, por si mesmas, a decidir adequadamente o que fazer, cabendo essa determinação, em última instância, exclusivamente aos nossos poderes racionais. Uma abordagem das ações altruístas e das emoções que segue essas linhas gerais pode ser encontrada na caracterização mínima da ação certa oferecida por Rachels em *Elementos de Filosofia da Moral*. Nesse livro, Rachels dedica-se, particularmente no capítulo de abertura e fechamento, a oferecer um conjunto de passos simples e intuitivos que um agente moral criterioso (*conscientious moral agent*) deveria seguir nos seus processos de raciocínio e deliberação para determinar o que é a coisa certa a fazer. O agente moral criterioso é entendido como um agente racional, ponderado, capaz de pensar em suas crenças, convicções e nos fatos envolvidos em suas ações; em suma, capaz de considerar de modo objetivo e imparcial os diferentes elementos ou perspectivas (pessoas, fatos, emoções, crenças) envolvidos em contextos de decisão moral. Como ele diz:

O agente moral criterioso (the conscientious moral agent) é alguém que está imparcialmente preocupado com os interesses de todos os afetados pelo que ele ou ela faz; que avalia cuidadosamente os fatos e examina suas implicações, que aceita princípios de conduta depois de escrutiná-los para assegurar-se de que estão justificados; que está disposto *ouvir a razão* mesmo que isso signifique revisar convicções prévias e que, por fim, está disposto a agir com base nos resultados dessa deliberação².

Isso mostra que, para Rachels, ter capacidades racionais como ser capaz de refletir aberta e cuidadosamente sobre questões práticas, descobrindo o que é relevante e significativo para se levar em conta, é crucial para agir bem, pois a ação certa é aquela que tem os melhores argumentos ou razões a favor. «Se queremos descobrir a verdade, devemos deixar nossos sentimentos serem guiados tanto quanto possível pela razão. A coisa certa a fazer moralmente é sempre aquela (coisa) que estiver melhor apoiada em argumentos³». A ação boa

² RACHELS, *The Elements of Moral Philosophy*, op. cit., pp. 14-15.

³ RACHELS, *The Elements of Moral Philosophy*, op. cit., p. 12.

depende, ele sustenta, da consideração objetiva das razões, aí incluídas nossas emoções. Aquilo que se sente pode ser invocado como uma razão para agir de certo modo, mas não tem uma contribuição maior do que essa nas teorias da escolha racional.

Rachels chamou sua teoria de uma concepção mínima da moralidade (*a minimum conception of morality*), ou seja, uma concepção incompleta ou não inteiramente desenvolvida de tudo aquilo que poderia estar presente numa teoria moral. Embora o modelo esboçado seja mínimo, no sentido de conter apenas o que é essencial, eu começo afirmando que, do ponto de vista epistêmico, a tese da necessidade de seguir a razão e controlar as emoções para uma correta apreciação do contexto moral é apenas parcialmente verdadeira. Pretendo argumentar que a decisões morais acertadas exigem, além das capacidades racionais enfatizadas por Rachels, uma configuração emocional apropriada. Porquanto se possa admitir que as emoções são, em muitos casos, desencaminhadoras, nos cegando ou fazendo ver algo inexistente (como ocorre em certos tipos de raiva ou no ciúme exacerbado), as emoções também podem ampliar e aprofundar efetivamente nossa compreensão de elementos de fundo que informam escolhas morais. Procurarei mostrar que em pelo menos um dos casos que Rachels discute a capacidade de bem deliberar e refletir pressupõe uma sensibilidade emocional apurada (o sujeito deve ser capaz de experimentar emoções altruístas como a compaixão e preocupação amorosa com o outro), para que as informações centrais à decisão tornem-se acessíveis. A plausibilidade desse modelo depende, contudo, da rejeição da imagem das emoções como simples impulsos ou *inputs* sensoriais sem nenhum caráter cognitivo ou informativo. Nesse sentido, seguindo Goldie, argumentarei que emoções não são ocorrências brutas, destituídas de componentes cognitivos, mas processos complexos envolvendo diferentes estados psicológicos.

A defesa da contribuição epistêmica das emoções não constitui um argumento contundente contra a teoria moral de Rachels. Afinal, as emoções podem ser condições necessárias, mas seguramente decidir movido somente por emoções não garante a correção moral de nossas escolhas. Um argumento mais forte contra Rachels e em favor da relevância das emoções pode ser apresentado em relação àquilo que confere o *significado moral* das ações beneficentes. Diferente de outras ações morais, especialmente aquelas que não estão ligadas ao cuidado e proteção, as ações beneficentes são um tipo de ação em que não há grande separação entre a avaliação do motivo e a avaliação do ato. Ou seja, aquilo que nos moveu a agir, o ato como expressão de compaixão ou bondade, é tão relevante para a moralidade desse tipo de ação quanto a correção daquilo que é feito.

Nesse sentido, é argumentável que a ação beneficente destituída de motivação benevolente é moralmente deficiente: se considerarmos uma ação beneficente qualquer como ajudar um doente a se alimentar, a ação compassiva ou acompanhada de amor difere da ação beneficente sem essa emoção altruísta e apenas a primeira cumpre os requisitos exigidos pela moralidade. A idéia aqui é mostrar que o método de escolha racional pode garantir a melhor escolha ou decisão entre ações possíveis, mas não é suficiente para garantir a ação propriamente moral, uma vez que a mesma depende de termos as emoções corretas. Para discutir esses dois aspectos da contribuição das emoções às ações benéficas adotarei como ponto de partida o exame da segunda situação de conflito moral apresentada por Rachels. Trata-se do exemplo das gêmeas xipófagas Mary e Jodie.

2. O papel epistêmico das emoções na deliberação moral

Em agosto de 2000, uma jovem mãe de Gozo, uma ilha próxima de Malta, descobriu que estava grávida de gêmeas siamesas. Sabendo que a estrutura para cuidados médicos em Gozo era inadequada para lidar com as complicações do parto, ela e seu marido foram ao Hospital St. Mary em Manchester, Inglaterra, para ter os bebês. As bebês, conhecidas como Mary e Jodie, estavam grudadas na parte inferior do abdôme. Suas espinhas dorsais estavam fundidas e elas compartilhavam um só coração e um par de pulmões. Jodie, a mais forte, fornecia sangue para sua irmã. As perspectivas para Mary e Jodie eram terríveis. Os doutores disseram que, sem intervenção médica, elas morreriam dentro de seis meses. A única esperança era uma cirurgia para separá-las. Isso salvaria Jodie, mas Mary morreria imediatamente. Os pais, que eram católicos devotos, não deram permissão para a cirurgia, pois significaria a morte de Mary. “Nós acreditamos que a natureza deve seguir seu curso”, eles disseram. “Se for a vontade de Deus que nossas filhas não sobrevivam, então assim será.” O hospital, crendo-se obrigado a fazer o necessário para salvar ao menos uma das crianças, pediu autorização de um tribunal para separá-las, a despeito da vontade dos pais. O tribunal deu a permissão e no dia 6 de novembro a cirurgia foi realizada. Como se esperava, Jodie viveu e Mary morreu⁴.

Rachels resume o conflito moral envolvido nesse exemplo a um conflito entre a autonomia dos pais e a beneficência médica. A solução do conflito e determinação da ação certa envolve uma avaliação rigorosa e imparcial da qua-

⁴ RACHELS, *The Elements of Moral Philosophy*, op. cit., p. 6.

lidade das razões dos pais e das razões oferecidas pela equipe médica. As razões evocadas pelos pais (para não tentar salvar Jodie) são razões de caráter religioso, enquanto os médicos apresentam fatos ou razões técnicas, ligadas à perícia médica e ao princípio de beneficência, que indicam a necessidade de fazer a cirurgia. O raciocínio pode ser resumido assim: se não for possível salvar as duas vidas, a coisa certa a fazer é salvar uma vida, reduzindo os danos e potencializando resultados benéficos. Rachels também deixa subentendido que, ao lado das razões e fatos evocados pelos pais e pela equipe médica, o contexto é um contexto não-convencional. Parte do caráter não-convencional da situação é demarcado pela presença de respostas afetivas: trata-se de uma situação em que seria natural para os envolvidos (tanto o médico, quanto os pacientes) reconhecerem a presença de um grau elevado de sentimentos pesados, uma vez que a má-formação das gêmeas é um infortúnio grave, gerador de tristeza e dor aos pais e envolvidos em seu tratamento. Ou seja, trata-se de uma situação em que seria natural responder com emoções de compaixão e pesar. A certeza da perda de um dos bebês e nossas reações naturais de dor diante dela asseguram o caráter emocionalmente carregado da situação. A presença de sentimentos, comuns nesse tipo de situação, é tratada por Rachels como um fator de impedimento para a decisão certa.

Quando estamos profundamente envolvidos com uma questão, é tentador assumir que já *sabemos* qual é a verdade, sem mesmo ter que considerar o outro lado. Infelizmente, contudo, não podemos confiar em nossos sentimentos, não importa quão poderosos eles sejam. Nossos sentimentos podem ser irracionais: eles podem não ser nada além de preconceitos, egoísmo ou condicionamento cultural. Assim, se queremos descobrir a verdade, devemos tentar deixar nossos sentimentos serem guiados tanto quanto possível por argumentos que podem ser avançados acerca das posições em conflito⁵.

De fato, alguns tipos de sentimentos são prejudiciais para guiar nossas escolhas. O ódio racial, por exemplo, pode impossibilitar o reconhecimento de qualidades do grupo afetado pela emoção. Certas formas de amor podem, igualmente, causarem impedimentos de nossas capacidades de discernimento. O mesmo pode acontecer com emoções como a raiva, o ciúme, estados emocionais que envolvem dispersão ou falta de foco, e certos sentimentos de autoindulgência. Como lembra Stocker

⁵ RACHELS, *The Elements of Moral Philosophy*, op. cit., p. 11.

As pessoas coléricas ou imbuídas de um sentimento de autopiedade tendem a se preocupar com os seus próprios problemas, e com o seu *status*, e são intransigentes demais em relação ao ponto de vista das outras pessoas, especialmente daquelas que elas sentem que as prejudicaram⁶.

Esse é precisamente o tipo de situação em que as emoções atrapalham. Contudo, reconhecer a existência de emoções perigosas ou desencaminhadoras está, a meu ver, longe de estabelecer a questão em torno do papel das emoções em nossas escolhas morais. Ao contrário, as emoções podem cooperar muito em processos cognitivos que alimentam decisões morais. Para tornar claro esse ponto, podemos começar percebendo que as críticas de Rachels às emoções são críticas dirigidas aos padrões de racionalidade associados às emoções. Quando dizemos que nossos sentimentos podem ser irracionais, frutos do preconceito ou do egoísmo, nós estamos dizendo que emoções são geradoras de viés cognitivo que impede a consideração de alternativas de ação possíveis, levando à avaliações infundadas ou distorcidas. No exemplo das gêmeas Mary e Jodie, deixar-se levar pela emoção poderia impedir os pais de verem que seu amor a Deus não deve se sobrepor à possibilidade de salvar uma vida ou que o amor religioso não deve ser tratado como incompatível com o propósito médico de salvar vidas. Mas esse diagnóstico de irracionalidade das emoções baseia-se num modelo restrito de compreensão das emoções, onde elas são tomadas como impulsos cegos, como puro sentimento e refratárias a qualquer perspectiva de ajuste racional. É fácil desfazer essa imagem lembrando que existem emoções que ampliam e aprofundam nossas performances cognitivas. Uma primeira evidência nessa direção vem de emoções intelectuais como o interesse e a admiração (*wonder*).

Tem sido argumentado por Stocker⁷ que o interesse e a excitação intelectual são emoções, uma vez que envolvem valores (dizem respeito ao que é bom intelectualmente ou de outra forma) e carga afetiva. Parece evidente que o interesse intelectual tem um tom afetivo capaz de influenciar diretamente no coeficiente de informações reconhecidos num contexto de decisão. Para perceber esse ponto, basta considerar o que acontece quando nos envolvemos com um tema desafiador. Parece claro que temos mais concentração, atenção e, conseqüentemente, informações disponíveis do que ocorreria se o considerássemos aborrecido em algum sentido. A relevância epistêmica do interesse intelectual

⁶ STOCKER, M. *O valor das emoções*. Palas Athena, São Paulo 2002. p. 126.

⁷ STOCKER, M. *O valor das emoções*. Palas Athena, São Paulo 2002. p. 101-103.

é sua contribuição para o envolvimento e aprofundamento no tema. Já a contribuição epistêmica da admiração tem sido defendida por Prinz⁸ como um princípio unificador na ciência, arte e religião, pois ela «envolve nossos sentidos, dispara a curiosidade e instila reverência». Como ele diz, «arte, ciência e religião são invenções para alimentar o apetite que a admiração excita em nós. Elas também se tornam fontes de admiração em si mesmas, gerando epiciclos infundáveis de criatividade e investigação duradoura»⁹.

Esses dois exemplos de emoções intelectuais são suficientes para mostrar que as emoções têm um papel epistêmico relevante em contextos investigativos e de escolha por reforçar a intensidade com que nos envolvemos, direcionamos nossa atenção ou capturamos novas informações. Essa mesma linha de argumento pode ser desenvolvida em relação às emoções altruístas, como a compaixão, bondade, empatia e preocupação amorosa. Argumentarei especificamente em relação à compaixão. Para começar, a compaixão não pode ser tomada como uma mera afecção de dor, um sentimento ou impulso de pena e comiseração, incapaz de envolver qualquer traço cognitivo. As teorias mais recentes das emoções não tomam as emoções como estados mentais particulares (como crenças, juízos ou percepções), mas como processos ou padrões mentais complexos que envolvem diferentes estados mentais. De acordo com Goldie¹⁰, uma emoção é um composto que envolve elementos diferentes: percepções, pensamentos, sentimentos de vários tipos, mudanças corporais de vários tipos, disposições para experimentar episódios emocionais subsequentes, para ter pensamentos e sentimentos e para comportar-se de certo modo. A caracterização do ciúme de Goldie pode ser útil para entender esse aspecto:

Você está com ciúmes, pois acredita que ela saiu com alguém. Você não consegue dormir: seu coração e mente estão agitados durante toda a noite. Quando você vai se vestir pela manhã você não consegue deixar de imaginá-los juntos, conversando e fazendo gracejos sobre você (talvez) e você é incapaz de desviar o foco de sua atenção. No caminho para o trabalho, você vê um casal à distância, e um deles se parece com ela e você quase desmaia, apavorado com a possibilidade. Mais tarde, você está preocupado com o trabalho por um tempo, mas de repente, do nada, você vê na escrivania algo dela que dispara seus sentimentos novamente e você pensa: “Não sou capaz de falar com ela agora, então

⁸ PRINZ, Jesse. *How wonder Works?* In: Aeon. 21 Junho de 2013. Disponível em: <<https://aeon.co/essays/why-wonder-is-the-most-human-of-all-emotions>>.

⁹ PRINZ, art. cit., p. 4.

¹⁰ GOLDIE, P. *The Emotions: a philosophical exploration*, Clarendon Press, Oxford 2000, p. 13.

farei depois”. No minuto seguinte, seu ciúme toma outra direção e você espera nunca mais vê-la; o telefone toca e a possibilidade de ser ela enche-o de pavor. Esse complexo de percepções, pensamentos, sentimentos, e mudanças corporais estão dinamicamente relacionados a episódios da mesma emoção. E esses episódios ajustam-se como parte de uma narrativa desta parte de sua vida, que pode incluir não somente esses elementos, mas também coisas que você faz por ciúme e suas expressões emocionais de ciúme[...]”¹¹

Uma emoção, como fica claro nesse exemplo, não é somente uma questão daquilo que sentimos: ela envolve pensar, querer, lembrar e imaginar; pode também envolver mudanças no corpo e comportamento. Como experiências complexas e estruturadas, as emoções são respostas a objetos ou acontecimentos no mundo, pois parte daquilo que é ter uma emoção é determinado pelo modo como a emoção está ligada intencionalmente a objetos particulares. O ciúme envolve o juízo avaliativo que uma determinada pessoa é minha e envolve ver certos objetos como portadores da propriedade avaliativa que chamamos de ‘perda’, ou seja, a ausência de certa pessoa pode ser experimentada como uma perda de magnitude¹².

Diante de situações que reconhecemos como perigosas, vergonhosas, amáveis, dolorosas, de perda, respondemos emocionalmente, de modo mais ou menos apropriado e proporcional, com pensamentos, sentimentos e comportamentos que definem, respectivamente, o medo, a vergonha, o amor, a compaixão e o ciúme¹³. O vínculo entre o reconhecimento de propriedades avaliativas e respostas emocionais foi chamada por Goldie de vínculo reconhecimento-resposta (*recognition-response tie*)¹⁴. Aplicando o modelo reconhecimento-resposta para a análise do dilema moral apresentado por Rachels, podemos perceber que o conflito moral entre a posição dos pais e da equipe médica foi instalado em torno de um acontecimento com a propriedade avaliativa «dolorosa» ou «pesarosa», para a qual seria natural responder com uma emoção altruísta como a compaixão. Uma pessoa em apuros, sofrendo de algum mal, dificuldade ou perigo, é um objeto apropriado de compaixão, entendida como uma atitude complexa que envolve uma espécie de preocupação imaginativa com a condi-

¹¹ Cf. GOLDIE, P, *The Emotions: a philosophical exploration*, op. cit., p. 14

¹² Gabriele Taylor sustenta que «pode-se plausivelmente sustentar que é sempre errado ser ciumento, ao menos onde o objeto do ciúme é uma pessoa, dado que a emoção envolve a crença que a outra pessoa é uma coisa que pode ser possuída». TAYLOR, G. *Justifying the Emotions, Mind*, vol. 84, n. 335. 1975, p. 401.

¹³ Cf. GOLDIE, P, *The Emotions: a philosophical exploration*, op. cit., p. 28.

¹⁴ Cf. GOLDIE, P, *The Emotions: a philosophical exploration*, op. cit.

ção de outra pessoa e interesse ativo em seu bem¹⁵. A reconstrução imaginativa envolvida na compaixão consiste em imaginar o que a outra pessoa, dado seu caráter, crê e lamenta ter perdido, e não propriamente o que nós mesmos poderíamos sentir na situação dela¹⁶. Podemos estabelecer, nesse sentido, que parte importante da compreensão do contexto moral apresentado por Rachels consiste em colocar-se no lugar da família e tentar fazer sentido de suas razões religiosas para não querer fazer a cirurgia. O vínculo reconhecimento-resposta das emoções explica a contribuição epistêmica nesse caso, pois a resposta compassiva ao sofrimento manifesta uma propriedade importante do contexto e nos prepara para querer ajudar ou querer fazer um bem, de um modo qualificado e muito mais rico do que ocorreria se a emoção não estivesse presente. Em outras palavras, por serem um *mix* de mudanças fisiológicas, psicológicas e comportamentais, as emoções são fundamentais para equipe médica reconhecer adequadamente as ‘razões’ da família: apenas agentes equipados com a sensibilidade afetiva apropriada, agentes compassivos ou dotados de compaixão, entenderiam o sentido de perda e o desespero da família por desrespeitar seu credo religioso. O padrão mental instaurado pela compaixão, nesse sentido, em coordenação com a atividade reflexiva de avaliar os riscos da cirurgia, parece essencial para calibrar a avaliação reflexiva e evitar o repúdio ou negação imediata das razões dos pais, aprofundando o discernimento do tipo de sofrimento vivido e das perspectivas de resposta que poderiam ser encontradas. Se, como sustenta Rachels, o envolvimento emocional às vezes cega a racionalidade, tornando-nos imparciais, também é verdadeiro que as reações emocionais não são sempre irracionais ou impulsivas. Elas podem ser controladas e voluntárias, destacando saliências morais relevantes do contexto que está na base da decisão.

Diferente da tese epistêmica, a segunda tese que defenderei tem sido tratada com muita desconfiança entre filósofos. Normalmente sustenta-se que as emoções são adornos moralmente dispensáveis, complementos psicológicos às ações destituídas de valor normativo¹⁷. No exemplo que estamos examinando, se a equipe médica mostrasse amabilidade ou compaixão com a condição dos pais, isso seria requerido para amenizar as dificuldades psicológicas inerentes à perda (como ter que optar por uma vida), mas não faria nenhuma diferença

¹⁵ Cf. BLUM, L. *Friendship, Altruism and Morality*, Routledge and Kegan Paul, Boston 1980, p. 509.

¹⁶ Cf. BLUM, L. *Friendship, Altruism and Morality*, op. cit.

¹⁷ Cf. BORGES, M. L. «Ética e Emoções». In: BRUM TORRES, J. C. *Manual de Ética: questões de ética teórica e aplicada*. Vozes/Educs, Petrópolis/Caxias do Sul 2014. pp. 110-126.

moral substancial em torno do que seria o certo fazer. Nossos juízos éticos acerca do que é certo fazer podem ser inteiramente explicados em termos do peso das razões envolvidas. As emoções teriam apenas um papel decorativo e não propriamente normativo ou moral. Argumentarei a seguir que essa posição é insustentável no caso das ações beneficentes.

3. Emoções altruístas como constituintes do valor moral das ações beneficentes

As ações de cuidar, ajudar e proteger são diferentes de ações como respeitar opções sexuais, pagar devidamente por serviços prestados, não negligenciar os próprios deveres no trabalho, entre outras. As ações de cuidado, que visam aliviar o sofrimento dos outros, são ações cuja boa motivação é inerente à sua moralidade, de modo que a tonalidade afetiva adequada faz toda a diferença. Podemos tornar esse ponto mais claro a partir de uma variação do exemplo inicial de Rachels.

Suponha que o médico chefe da equipe que atendeu os pais tenha pensado seriamente em qual seria a coisa certa a fazer e decidiu que seria fazer a cirurgia. Ele foi levado a essa decisão por considerar cuidadosamente as diferentes perspectivas envolvidas. Ele levou em conta a contrariedade gerada pelas crenças religiosas dos pais, o risco de morte envolvido, além de outros fatores. Ele conduz o processo a partir de um interesse racional em torno do que seria o certo a fazer e resolve, dado que não podia salvar as duas vidas, salvar aquela que podia. Agora compare essa situação com um segundo exemplo ligeiramente diferente onde a situação é conduzida por um médico compassivo. Ele reproduz o mesmo processo de consideração das razões, mas o faz junto com uma preocupação amorosa e compassiva com a condição de aflição da família, com sua dor e sofrimento pela condição de perda. Podemos até considerar que ele experimentou um certo envolvimento doloroso pela inevitabilidade da perda de uma das crianças. Por sentir compaixão, preocupação e uma certa dor, suas atitudes passam a ser 'quentes' afetivamente. A presença dessas emoções não modificou sua decisão, mas não parece haver dúvida que transmitiram aos pais um sentimento de que seu sofrimento estava sendo compartilhado, ainda que a ação final tenha contrária ao desejo dos pais. Podemos concluir, seguindo essa descrição, que a ação desse segundo médico tem um sentido propriamente moral não contemplado no primeiro exemplo. A primeira ação, a ação destituída do elemento afetivo, não seria capaz de mostrar um aspecto moral fundamental

das ações beneficentes: que a dor e humanidade dos outros, bem como suas necessidades, são importantes para nós. A moralidade da ação parece exigir, nesse contexto, não só que a ação seja a melhor dentre as alternativas possíveis a partir de uma avaliação isenta; ela tem de ser acompanhada por emoções corretas de amabilidade e compaixão. A ação beneficente de cuidar de alguém sem a presença de compaixão e certo grau de amorosidade é uma ação moral deficiente, mesmo sendo a melhor em relação a outras alternativas possíveis. A qualidade moral da ação depende, poderia ser dito, da escolha correta desta ação em relação a outras ações possíveis juntamente com a sensibilidade emocional apropriada. Nesse sentido, uma ação propriamente beneficente não deve somente satisfazer os critérios para ser a melhor dentre outras alternativas de ação possíveis, como parece se seguir do modelo de Rachels; ela também depende de uma motivação em emoções corretas.

Uma outra forma de colocar esse ponto consiste em dizer que a ação beneficente sem emoção exclui a humanidade do ato de cuidar. Parece plausível supor que há diferenças moralmente relevantes entre ser cuidado por alguém e simplesmente receber um tratamento que nos beneficia. É possível conceber pessoas que reconhecem o que precisa ser feito, que são agentes morais criteriosos, no sentido de Rachels, mas que só conseguem agir *tecnicamente*. A ação beneficente com conteúdo puramente técnico ou mecânico é o protótipo de uma ação beneficente em que algo importante está ausente. Não se trata de beneficência em sentido genuíno. Como escreveu Stocker,

muitos pacientes [de câncer] queixam-se que seus médicos são tecnocráticos demais, são excessivamente preocupados com eficácia e taxas de sobrevivência. Esses pacientes, portanto, não enxergam seus médicos como meros instrumentos, meros mecanismos para livrá-los do câncer. Eles querem que seus médicos se preocupem e se envolvam com eles como pessoas, que são, não simplesmente como locais a serem operados. E querem isso não por que, ou não apenas por que, achem que os médicos cuidam melhor daqueles a quem tratam com essa consideração [...] Nesses casos, eles vêem as ações dos médicos como atos humanos, com ênfase em *humanos*, quanto em *atos*¹⁸.

A ação beneficente é um ato humano, de resposta ao sofrimento e aflição; é um tipo de ato moral particular cuja especificidade não fica adequadamente capturada quando pensado separadamente dos motivos benevolentes que constituem a ação.

¹⁸ Stocker, M. *O valor das emoções*. Palas Athena, São Paulo 2002. p. 175.

Uma forma que me parece definitiva de aceitar que a moralidade das ações beneficentes supõe a presença de emoções altruístas consiste em pensar numa situação hipotética em que o médico faz todo seu trabalho permeado por repulsa ou desdém pelos pais, talvez motivado por sua desprezo por pessoas que alimentam crenças religiosas fervorosas. Não parece haver dúvida que há uma falha moral envolvida e todos estariam dispostos a dizer que a ação boa ou maximamente moral foi aquela conduzida com afetos apropriados. Como afirma Nancy Sherman,

importa o modo pelo qual confortamos uma criança, como nos voluntariamos a ajudar um estudante, como mostramos nossa disposição para ajudar um colega que precisa de nossa ajuda ou recursos. O sentido de ajudar, em muito desses casos, é reassegurar ao outro que podemos mostrar paciência, lealdade, consideração, empatia¹⁹.

Não sentir gratidão por benefícios recebidos ou remorso por danos causados são defeitos ou falhas morais. Ajudar um doente ou alguém vulnerável com má-vontade ou sem manifestar atenção ou preocupação amorosa é igualmente uma falha moral. E é uma falha, pois não assegura a consideração e valorização daqueles que atendemos. A conclusão que podemos extrair dessa linha de raciocínio é que sem ter as emoções adequadas, podemos cumprir as condições para escolher bem, mas não para assegurar a ação com máximo valor moral. Nesse ponto convém examinar uma objeção.

Poderia ser argumentado que as emoções não são necessárias para mostrar que nos importamos e valorizamos os outros. Valorizar algo pode, de fato, variar desde formas neutras até estados de grande envolvimento emocional com aquilo que é valorizado. Posso, por exemplo, considerar e me importar com meus alunos, mas claramente o reconhecimento do seu valor não possui o mesmo status de envolvimento emocional que há em relação aos meus amigos e familiares. Poderíamos talvez argumentar que a ação médica (cuidado de pacientes em suas diversas formas) é um tipo de ação onde pessoas são alvos apropriados de consideração ou valorização, mas essa valorização não precisa ser emotiva ou afetiva. A demonstração de valor seria vinculada à presença de considerações positivas de vários tipos (a preocupação com o tratamento correto e o benefício da cura, por exemplo), mas não necessariamente do envol-

¹⁹ SHERMAN, Nancy. «The place of Emotions in Kantian Morality». In: FLANAGAN, O; RORTY, A. *Identity, Character and Morality*. Essays in Moral Psychology. Cambridge/Massachusetts, 1993. p. 151.

vimento emocional. Mas nas ações beneficentes parece crucial ter um interesse ativo no alvo da ação, nos envolvendo com ele de um modo que nos torne emocionalmente vulneráveis ao seu desenlace. Não parece razoável crer que podemos ‘cuidar’, ‘ajudar’, ‘atender’, ‘proteger’ e realizar outras ações beneficentes num sentido moralmente pleno se todas essas ações forem conduzidas de forma mecânica e distanciada. Trata-se de uma relação conceitual e não meramente empírica ou psicológica. Cuidar de alguém implica dar importância para suas necessidades e opiniões, ao ponto de provavelmente descobrir que nossa atenção é atraída por suas vicissitudes, de um modo capaz de gerar respostas afetivas de atração, satisfação ou frustração e tristeza. Ou seja, a ação beneficente, por envolver conteúdo emocional, determina mudanças emocionais que variam conforme as coisas transcorrem com o objeto da atenção. O grau de envolvimento emocional pode não ser o mesmo encontrado em relações familiares ou de amizade. Mas é no mínimo duvidoso afirmar que podemos fazer uma ação beneficente, de proteção e cuidado, através de ações frias ou inteiramente destituídas de emoções.

4. Conclusão

A abordagem de Rachels da moralidade concentra-se principalmente na análise de como a ação certa pode ser detectada a partir da consideração imparcial de razões a favor e contra certas ações. Nesse artigo, argumentei que as emoções possuem relevância epistêmica e normativa, num sentido que não é contemplado adequadamente no modelo minimalista de Rachels. Uma abordagem que parece mais hábil para lidar com esses problemas foi desenvolvido por Beauchamp e Childress, particularmente ao considerar a relação dos princípios morais com fatores como o discernimento e a sensibilidade moral. Beauchamp e Childress ressaltam que

a pessoa de discernimento está disposta a identificar o que uma circunstância pede no tocante à sensibilidade humana. [...] Dimensionar uma situação e adequar a regra a ela resulta do caráter, dos compromissos e da sensibilidade de uma pessoa. Esse discernimento é normalmente uma condição necessária de uma boa decisão²⁰.

²⁰ BEAUCHAMP, T. «The Principle of Beneficence in Applied Ethics», *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2013/entries/principle-beneficence/>> p. 502.

Ações beneficentes ilustram exemplarmente o tipo de limite das teorias da escolha racional, pois ações que envolvem relações particulares entre pessoas, onde se espera que sejamos capazes de reconhecer necessidades, transmitir confiança, partilhar ou compreender perspectivas, não tem seu conteúdo moral restrito à consideração imparcial, ponderada e racional. Ao lado da ponderação, é necessário reconhecer como reagir emocionalmente à situação, mostrando que nos importamos, podemos ter paciência e dedicação aos outros. Noutros contextos, como em processos envolvendo normas legais para redução de danos (na distribuição de insumos para tratamento de grandes populações, por exemplo), a presença de emoções pode ter uma relevância epistêmica e moral menor. A tese de que ações beneficentes requerem emoções não é, nesse sentido, uma tese válida universalmente para todas as ações morais. Ela parece valer especialmente para ações beneficentes de cuidado e atenção e ter menos relevância para questões morais ligadas à engenharia social, embora alguns autores tenham oferecido, de modo convincente, razões para assumir que as emoções são relevantes também nesse domínio²¹.

Referências bibliográficas

- ANSCOMBE, G. E. M. (1958), «Modern Moral Philosophy», *Philosophy*, n. 33, 1-19.
- BEAUCHAMP, T. (Winter 2013 Edition), «The Principle of Beneficence in Applied Ethics», The Stanford Encyclopedia of Philosophy, E. N. ZALTA (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/win2013/entries/principle-beneficence/>>
- BLUM, L. (1980), *Friendship, Altruism and Morality*, Routledge and Kegan Paul, Boston.
- BLUM, L. A. (1980), *Friendship, Altruism and Morality*, Routledge, London.
- ____ (1994), *Moral Perception and Particularity*, Cambridge University Press, New York.
- BORGES, M. L. (2014), «Ética e Emoções», in J. C. BRUM TORRES (ed.), *Manual de Ética: questões de ética teórica e aplicada*, Vozes/Educs, Petrópolis/Caxias do Sul, pp. 110-126.
- CRISP, R. (Jun/2008), «Compassion and Beyond». *Ethical Theory and Moral Practice*, Vol. 11, No. 3, pp. 233-246.
- DE SOUSA, R. (1980), «Self-deceptive emotions», in A. RORTY (ed.), *Explaining Emotions*. University of California Press, Berkeley, pp. 283-299.
- ____ (Spring 2014 Edition), «Emotion», The Stanford Encyclopedia of Philosophy, E. N. ZALTA (ed.), URL=<http://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/emotion/>
- ELGIN, C. (1996), *Considered Judgment*. Princeton University Press, Princeton/New Jersey.
- ____ (2008), «Understanding and Emotions», in G. BRUN; U. DOGUOGLU; D. KUENZLE, *Epistemology and Emotions*. Ashgate publishing, Hampshire, pp. 33-51.

²¹ Nussbaum tem apresentado argumentos relevantes em relação a repulsa e nojo como fonte de exclusão e de atitudes cruéis em legislação pública.

- GOLDIE, P. (2000), *The Emotions: a philosophical exploration*, Clarendon Press, Oxford.
- (2007), «Seeing What is the Kind Thing to Do: Perception and Emotion», *Dialethica*, 347-361.
- (2008), «Misleading emotions», in G. BRUN; U. DOGUOGLU; D. KUENZLE, *Epistemology and Emotions*. Ashgate publishing, Hampshire, pp. 149-167.
- (2008), «Misleading emotions», in G. BRUN; U. DOGUOGLU; D. KUENZLE *Epistemology and Emotions*. Ashgate publishing, Hampshire, pp. 149-167.
- (2012), *The mess inside. Narrative, Emotion, & the Mind*, Oxford University Press, Oxford.
- HOFFMAN, M. (2000), *Empathy and Moral Development: Implications for Caring and Justice*. Cambridge University Press, New York.
- (2010), «Empathy and Prosocial Behavior», in M. LEWIS; J. HAVILAND-JONES; L. BARRET, *Handbook of Emotions*, Guilford Press, New York, pp. 440-456.
- NEU, J. (1980), «Jealous Thoughts», in A. RORTY (ed.), *Explaining Emotions*. University of California Press, Berkeley, pp. 425-465.
- NUSSBAUM, M. (2001), *Upheavals of Thought: the intelligence of emotions*. Cambridge University Press, Cambridge.
- PRICE, C. (2015), *Emotion*. Polity Press, Cambridge.
- PRINZ, J. (2010), «The moral emotions», in P. GOLDIE,« (ed.), *The Oxford Handbook of Philosophy of Emotion*. Oxford University Press, Oxford, pp. 519-539.
- RACHELS, J. (2003), *The Elements of Moral Philosophy*. New York: McGrall-Hill Companies.
- RORTY, A. (ed.) (1980), *Explaining Emotions*. University of California Press, Berkeley.
- SHERMAN, N. (1993), The place of Emotions in Kantian Morality, in O. FLANAGAN; A. RORTY (eds.), *Identity, Character and Morality*. Essays in Moral Psychology. Cambridge/Massachusetts, pp. 149-170.
- STOCKER, M. (2002), *O valor das emoções*. Palas Athena, São Paulo.
- TIMMONS, M. (2013), *Moral Theory: an introduction*. 2. Ed. Rowman & Littlefield Publishers, New York.
- WILLIAMS, B. (1985), *Ethics and the limits of Philosophy*. Routledge, London.
- WILLIGES, F. (2013), «Psicologia moral», in J. C. BRUM TORRES, *Manual de ética*, Vozes. Petrópolis, pp. 173-200.
- (2016), «Abordagens sentimentalistas em ética: histórico e perspectivas», in F. SAUTTER, *Razão e Emoção: ensaios em ética, metaética e ética aplicada*. Editora da Facos, Santa Maria.